

Informação

[Projeto de Resolução nº 178/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. Augusto Louro, no concelho do Seixal.

[Projeto de Resolução nº 152/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda a requalificação da escola básica 2,3 Dr. António Augusto Louro, agrupamento de escolas Dr. António Augusto Louro.

[Projeto de Resolução 322/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda com urgência à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no Concelho do Seixal e que divulgue calendário de intervenções de remoção de fibras de amianto nos equipamentos escolares.

[Projeto de Resolução 315/XIV/1ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que agende e execute a urgente retirada das placas de fibrocimento existentes nas coberturas da EB 2,3 Dr. António Augusto Louro, do Seixal, e programe as necessárias obras de requalificação.

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 26.05.2020.

1. Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa (Poderes dos Deputados) e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República (Poderes dos Deputados), foram apresentadas as seguintes iniciativas:
 - [Projeto de Resolução nº 178/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. Augusto Louro, no concelho do Seixal.
 - [Projeto de Resolução nº 152/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda a requalificação da escola básica 2,3 Dr. António Augusto Louro, agrupamento de escolas Dr. António Augusto Louro.
 - [Projeto de Resolução 322/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda com urgência à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no Concelho do Seixal e que divulgue calendário de intervenções de remoção de fibras de amianto nos equipamentos escolares.
 - [Projeto de Resolução 315/XIV/1ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que agende e execute a urgente retirada das placas de fibrocimento existentes nas coberturas da EB 2,3 Dr. António Augusto Louro, do Seixal, e programe as necessárias obras de requalificação.
2. A discussão das iniciativas acima identificadas ocorreu na reunião da Comissão de 26 de maio de 2020.
3. A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a escola em causa é da década de 1980, só em 1988 teve instalações próprias, regista atualmente vários problemas, há coberturas de amianto dos edifícios e telheiros e várias encontram-se danificadas e as casas de banho não têm condições, pelo que necessita de uma requalificação alargada, para criar condições de trabalho aos docentes e não docentes e de qualidade do ensino. Salientou ainda que a questão do amianto é fundamental e há necessidade de fazer a calendarização da sua remoção. A concluir, indicou as recomendações constantes da iniciativa.
4. A Deputada Joana Mortágua (BE) indicou que a escola nunca teve obras de requalificação a não ser intervenções suportadas pelo orçamento do estabelecimento, tem quase 40 anos, serve 900 alunos da Arrentela, o mobiliário e os espaços de uso comum registam deficiências, que afetam a qualidade e condições de trabalho dos trabalhadores e as condições do ensino e da aprendizagem e tem coberturas com fibrocimento, muito degradadas. Acrescentou ainda que o Ministério da Educação tem dado informações muito contraditórias e o primeiro-ministro disse recentemente que este momento seria importante para se fazer a remoção do amianto. A terminar, realçou a falta de um plano global de remoção do amianto nas escolas.
5. A Deputada Bebiana Cunha (PAN) mencionou que a escola tem graves deficiências estruturais e o Projeto de Resolução do PAN visa dar resposta a uma das muitas situações de escolas do país com necessidade de requalificação. Realçou ainda que é

uma das escolas com coberturas em amianto e formulou o pedido de que seja feita a divulgação da lista global das escolas com amianto e apresentada a calendarização das respetivas intervenções.

6. A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que esta escola é uma entre muitas outras, com “idade” semelhante e que regista necessidade de obras de requalificação, já aqui enumeradas. A questão prioritária é relativa às coberturas de amianto muito degradadas. No início do ano, houve um protesto, encabeçado pela Associação de Pais, dada a inexistência de ação e apesar da DGEst ter sinalizado esta escola para uma intervenção prioritária. A terminar, realçou que há muito se exige uma lista das escolas e as prioridades de intervenção no que respeita à remoção do amianto, e que o CDS há muito o fez e ainda aguarda.
7. Interveio depois a Deputada Clárisse Campos (PS), esclarecendo que a intervenção nas escolas é uma prioridade do Governo, concretizando o valor das intervenções realizadas desde 2015, o número de escolas abrangidas e as várias ações que têm estado a ser desenvolvidas. Indicou ainda que a escola em causa tem uma cobertura de fibrocimento que exige reparação, mas a inspeção realizada concluiu que as coberturas não apresentam risco para a saúde. Por fim, defendeu que o Governo está a desenvolver medidas de solução e de obtenção de financiamento.
8. A Deputada Cláudia André (PSD) indicou que o PSD concorda com a requalificação de qualquer escola, sendo esta uma das muitas com necessidade nesse âmbito. Referiu ainda que têm apresentado a questão do amianto na Comissão de Ambiente e ao Ministro da respetiva pasta e defendem uma análise da questão a nível nacional, para toas as escolas globalmente.
9. A Deputada Maria Gabriela Fonseca (PSD) referiu que foi feita uma reafecção das verbas comunitárias, mais concretamente nos PO Regionais, mas apenas para abranger a remoção de amianto das escolas básicas e pediu que haja um alargamento dessa reafecção também em relação às escolas secundárias.
10. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontrará disponível nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação das iniciativas na sessão plenária, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 26 de maio de 2020

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Firmino Marques)